



# DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se tratam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries . . .	Ano 240\$
A 1. <sup>a</sup> série . . .	90\$
A 2. <sup>a</sup> série . . .	80\$
A 3. <sup>a</sup> série . . .	80\$
Semestre . . . . .	130\$
" . . . . .	48\$
" . . . . .	43\$
" . . . . .	43\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2850 a linha, acrescido do respectivo imposto do sêlo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.<sup>º</sup> e 2.<sup>º</sup> do artigo 2.<sup>º</sup> do decreto n.º 10.112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

## Aviso aos assinantes

Todos os assinantes do «*Diário do Governo*», cujas assinaturas terminem no fim do corrente mês são prevenidos de que as devem renovar, remetendo a Importância respectiva até ao dia 28, a fim de não sofrerem interrupção na remessa.

Os preços são os seguintes:

As 3 séries: 240\$ por ano ou 130\$ por semestre
A 1. <sup>a</sup> série: 90\$
A 2. <sup>a</sup> série: 80\$
A 3. <sup>a</sup> série: 80\$

Para o estrangeiro ou colónias acrescem os portes do correio.

## SUMÁRIO

### Ministério das Finanças:

**Decreto n.º 34:179** — Abre um crédito destinado a reforçar várias verbas da Secretaria da Presidência da República.

### Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

**Decreto n.º 34:180** — Autoriza o reforço de várias verbas inscritas no orçamento da despesa ordinária da Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones.

### Ministério das Colónias:

**Decreto n.º 34:181** — Transfere uma verba dentro do capítulo 6.<sup>º</sup> do orçamento do Ministério.

**Nota.** — Foi publicado um suplemento ao *Diário do Governo* n.º 269, de 6 do corrente, inserindo os seguintes diplomas:

### Ministério das Colónias:

**Decreto n.º 34:169** — Introduz alterações no Estatuto, nos quadros e nos vencimentos do funcionalismo colonial.

**Decreto n.º 34:170** — Modifica vários serviços em alguns organismos dependentes do Ministério pagos pelos orçamentos coloniais.

**Decreto n.º 34:171** — Introduz alterações na Reforma Administrativa Ultramarina, aprovada pelo decreto-lei n.º 23:229.

**Decreto n.º 34:172** — Insere disposições relativas aos serviços de saúde do Império Colonial Português.

**Decreto n.º 34:173** — Cria, com sede em Lisboa, o Gabinete de Urbanização Colonial, organismo comum a todas as colónias de África, e define as suas atribuições.

**Decreto n.º 34:174** — Organiza os serviços meteorológicos da colónia de Cabo Verde.

**Decreto n.º 34:175** — Modifica o quadro administrativo da colónia de S. Tomé e Príncipe.

**Decreto n.º 34:176** — Autoriza o governador geral da colónia de Angola a conceder a isenção da contribuição predial referida no decreto n.º 30:286 aos prédios urbanos cuja construção venha a ser iniciada e concluída até 31 de Dezembro de 1949.

**Decreto n.º 34:177** — Insere disposições atinentes a regular a inscrição de verbas no capítulo 10.<sup>º</sup> da tabela de despesa dos orçamentos coloniais.

**Decreto n.º 34:178** — Estabelece diversos preceitos acerca da organização dos orçamentos coloniais e liquidação das respectivas receitas e despesas e aprova, com alterações, os orçamentos coloniais para 1945.

**Portaria n.º 10:789** — Aprova os orçamentos de receita e despesa do Conselho do Império Colonial, Instituto de Medicina Tropical, Hospital Colonial de Lisboa, Depósito Militar Colonial, Jardim Colonial e Museu Agrícola Colonial e Agência General das Colónias.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

### Decreto n.º 34:179

Com fundamento no disposto nas alíneas b) e c) do artigo 35.<sup>º</sup> do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e no artigo 2.<sup>º</sup> do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.<sup>º</sup> do artigo 9.<sup>º</sup> do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933, e do citado artigo 2.<sup>º</sup> do decreto-lei n.º 24:914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.<sup>º</sup> do artigo 109.<sup>º</sup> da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.<sup>º</sup> É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da quantia de 66.000\$, destinado a reforçar várias verbas da Secretaria da Presidência da República, devendo a mesma importância ser adicionada, pela forma abaixo designada, às seguintes dotações do capítulo 2.<sup>º</sup> do orçamento do referido Ministério em vigor no corrente ano económico:

Artigo 16.<sup>º</sup> — Outras despesas com o pessoal:

3) Fardamentos, resguardos e calçado:

a) Fardamentos ao pessoal menor da Secretaria e dos serviços hipomóvel e automóvel . . . . .	6.000\$00
--	-----------

Artigo 18.<sup>º</sup> — Despesas de conservação e aproveitamento do material:

2) De semoventes:

a) Veículos com motor:

Despesas com a reparação e manutenção de automóveis . . . . .	47.500\$00
---	------------

Artigo 20.<sup>º</sup> — Despesas de higiene, saúde e conforto:

1) Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza do Palácio Nacional de Belém . . . . .	12.000\$00
---	------------

Artigo 21.<sup>º</sup> — Despesas de comunicações:

2) Telefones:

a) Anuidades . . . . .	500\$00
------------------------	---------

60.000\$00

Art. 2.º É anulada a importância de 66.000\$ na verba de 1.700.000\$ inscrita no capítulo 10.º, artigo 151.º, n.º 1), do aludido orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto-lei n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Dezembro de 1944. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — Marcelo José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Mata — Clotálio Luiz Supico Ribeiro Pinto.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

### Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

#### Decreto n.º 34:180

Com fundamento nas alíneas b), c) e d) do artigo 35.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e no artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933, e do citado artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São autorizados no orçamento da despesa ordinária da Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones para o ano económico de 1944 os seguintes reforços:

Artigo 7.º, n.º 3) Transportes . . . . .	7.000\$00
Artigo 12.º, n.º 3) Pessoal assalariado . . . . .	670.000\$00
Artigo 13.º, n.º 1) Remunerações por serviço extraordinário, nos termos do decreto-lei n.º 29:225, de 7 de Dezembro de 1938 . . . . .	50.000\$00
Artigo 14.º, n.º 1) Ajudas de custo . . . . .	1.000.000\$00
Artigo 14.º, n.º 2) Despesas de deslocação, subsídios de viagem e de marcha . . . . .	30.000\$00
Artigo 14.º, n.º 7) Suplementos de vencimentos, nos termos do decreto-lei n.º 33:272, de 24 de Novembro de 1943 . . . . .	200.000\$00
Artigo 15.º, n.º 1), alínea b) Linhas, rôdes e estações e suas instalações, compreendendo mudanças, pequenas ampliações e alterações . . . . .	150.000\$00
Artigo 15.º, n.º 3) De móveis . . . . .	20.000\$00
Artigo 16.º, n.º 1) Fórmulas de franquia e outro material de consumo e exploração . . . . .	200.000\$00
Artigo 16.º, n.º 3) Impressos . . . . .	250.000\$00
Artigo 16.º, n.º 4) Artigos de expediente e diverso material não especificado . . . . .	36.500\$00
Artigo 17.º, n.º 2) Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza . . . . .	127.000\$00
Artigo 26.º, n.º 1) Ajudas de custo . . . . .	315.000\$00
Artigo 26.º, n.º 2) Despesas de deslocação, subsídios de viagem e de marcha . . . . .	10.000\$00
Artigo 26.º, n.º 3) Despesas de instalação . . . . .	1.000\$00

Artigo 28.º, n.º 1) Material de consumo de exploração . . . . .	15.000\$00
Artigo 28.º, n.º 3) Artigos de expediente e diverso material não especificado . . . . .	3.500\$00
	<u>3.085.000\$00</u>

Art. 2.º São anuladas no orçamento da despesa ordinária daquela Administração Geral as seguintes importâncias:

Artigo 1.º, n.º 2) Pessoal contratado . . . . .	776.000\$00
Artigo 10.º, n.º 3) Pagamento de pensões à Caixa Geral de Aposentações . . . . .	400.000\$00
Artigo 11.º, n.º 3) Missões especiais ao estrangeiro, nos termos dos artigos 32.º e 46.º do decreto-lei n.º 29:225, de 7 de Dezembro de 1938	109.000\$00
Artigo 12.º, n.º 2) Pessoal contratado . . . . .	1.500.000\$00
Artigo 21.º, n.º 1) Rendas de casa e outros encargos . . . . .	300.000\$00
	<u>3.085.000\$00</u>

Estes créditos foram registados na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Dezembro de 1944. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — Marcelo José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Mata — Clotálio Luiz Supico Ribeiro Pinto.

## MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS

### 9.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

#### Decreto n.º 34:181

Com fundamento no disposto no § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, e no artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É transferida, no capítulo 6.º do orçamento do Ministério das Colónias do ano económico decorrente, a quantia de 3.000\$ da dotação do n.º 1) do artigo 45.º «Despesas de conservação e aproveitamento do material — De móveis» para a dotação do n.º 1) do artigo 46.º, consignada a «Impressos».

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Dezembro de 1944. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Marcelo José das Neves Alves Caetano.